TAQUITESTE – 100ppm

**Senado fecha 2011 tendo cumprido intensa agenda legislativa**

O Senado Federal viveu uma agenda intensa em dois mil e onze, tendo tratado de temas polêmicos. O Plenário realizou mais de 200 sessões, em que foram apreciados vários projetos importantes. Entre os assuntos de destaque em dois mil e onze, o Senado [**aprovou**](http://www.senado.gov.br/noticias/novo-codigo-florestal-e-aprovado-e-volta-a-camara-dos-deputados.aspx) o texto do novo Código Florestal. O projeto de lei da Câmara trinta barra dois mil e onze foi aprovado no início de novembro, com normas transitórias e permanentes sobre questões ambientais. Como foi modificado, o texto voltou para análise da Câmara dos Deputados.

Outra aprovação de grande impacto foi a [**criação**](http://www.senado.gov.br/noticias/comissao-da-verdade-investigara-crimes-da-ditadura-militar.aspx) da chamada Comissão da Verdade. De acordo com a proposta (PLC oitenta e oito, barra dois mil e onze), aprovada no final de outubro, a comissão deverá examinar e esclarecer as violações de direitos humanos praticadas no período de mil novecentos e quarenta e seis até a data da promulgação da Constituição de mil novecentos e oitenta e oito, com o objetivo de "garantir o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional".

As questões de saúde também estiveram em pauta no Senado. Uma das matérias de maior destaque foi a [**regulamentação**](http://www.senado.gov.br/BLOG/posts/senado-aprova-regulamentaao-da-emenda-29-que-vai-a-sanao-presidencial.aspx) da Emenda vinte e nove, que determina percentuais mínimos que estados, municípios e União devem investir em ações de saúde. De acordo com o projeto de lei do Senado PLS cento e vinte e um, barra dois mil e sete, a União destinará à saúde o valor aplicado no ano anterior acrescido da variação nominal do Produto Interno Bruto dos dois anos anteriores ao que se referir a lei orçamentária.

**Economia**

O projeto sobre a redistribuição dos *royalties* do petróleo certamente está entre os mais polêmicos de dois mil e onze. O presidente do Senado, José Sarney, chegou a comentar que nunca tinha visto um tema ser discutido com tanta [**paixão**](http://www.senado.gov.br/noticias/sarney-nunca-vi-um-assunto-que-apaixonasse-tanto-a-casa-quanto-os-royalties.aspx) quanto o tema dos *royalties*. O projeto PLS quatrocentos e quarenta e oito, barra dois mil e onze, que foi [**aprovado**](http://www.senado.gov.br/noticias/nova-distribuicao-dos-royalties-do-petroleo-e-aprovada-pelo-senado-texto-vai-a-camara.aspx) em outubro, trata da divisão dos recursos provenientes da exploração de petróleo entre União, estados e municípios.

Uma das matérias mais esperadas pelas empresas brasileiras era a que tratava das mudanças no Simples Nacional, PLC cem, barra dois mil e seis. As alterações no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conhecido como Simples Nacional, foram [**aprovadas**](http://www.senado.gov.br/noticias/senado-aprova-supersimples-mas-muda-inicio-da-vigencia.aspx) pelo Plenário no início de novembro. O projeto, que foi apelidado de Supersimples, alivia a carga tributária das micro e pequenas empresas, promove a formalização de empreendimentos e pode ajudar na criação de empregos.

**Proteção social**

Projetos de proteção social também mereceram destaque na pauta do Senado em dois mil e onze. No mês de abril, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária  [**aprovou**](http://www.senado.gov.br/noticias/fundo-para-calamidades-podera-custear-recuperacao-de-solo-em-propriedade-familiar.aspx), em caráter terminativo, o PLS oitenta e cinco, barra dois mil e onze, que prevê que recursos do Fundo Especial de Calamidades Públicas sejam utilizados para custear a recuperação de solo em propriedade de agricultura familiar afetada por desastre climático.

O Senado também ampliou o leque de direitos do trabalhador doméstico. Conforme projeto [**aprovado**](http://www.senado.gov.br/noticias/seguro-desemprego-para-empregado-domestico-segue-para-exame-na-camara.aspx) em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais no início de agosto, o empregado doméstico poderá ter direito a seguro-desemprego, em parcela única no valor de um salário mínimo, mesmo que não seja inscrito no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. O projeto de lei do Senado PLS cento e quinze, barra dois mil e onze diz que só terá direito ao benefício o empregado que tiver trabalhado por período mínimo de quinze meses nos últimos vinte e quatro meses.

Outro projeto [**aprovado**](http://www.senado.gov.br/noticias/aprovado-em-comissao-do-senado-inss-menor-para-empregado-e-empregador-domestico.aspx) também beneficia os empregados domésticos. O PLS cento e oitenta e nove, barra dois mil e onze, que prevê a redução da contribuição previdenciária do empregado e do empregador doméstico, foi aprovado no final de outubro, pela CAS. Em vez do recolhimento mensal de oito por cento e doze por cento do salário, respectivamente, para a Previdência Social, o trabalhador doméstico e o patrão, poderão passar a pagar, cada um, alíquota de 5% sobre o salário mensal.